

# Relatório de Educação Fiscal 2021



1. APRESENTAÇÃO .....	4
2. QUADROS DE CAPACITAÇÕES.....	6
3. LEGISLAÇÃO .....	9
4. ORGANOGRAMA .....	11
5. RECURSOS HUMANOS .....	12
6. ATIVIDADES .....	14
6.1. SEÇÃO 1 - CAPACITAÇÃO .....	15
6.2. SEÇÃO 2 - NOVOS CURSOS .....	20
6.2.1. DEVOLVE ICMS.....	21
6.2.2. NGF ENTIDADES .....	26
6.2.3. PMA .....	28
6.2.4. CURSOS COM PNEF .....	30
6.3. SEÇÃO 3 - CURSOS DE EXTENSÃO .....	32
6.3.1. UFRGS .....	33
6.3.2. UNIVATES .....	36
6.4. SEÇÃO 4 - CONCURSO .....	40
6.5. SEÇÃO 5 - SEMINÁRIOS .....	48
6.5.1. WEBINÁRIO.....	49
6.5.2. SEMINÁRIO NACIONAL .....	53
6.5.3. LIVE NFG .....	58
7. ACESSOS AO SITE E REDES SOCIAIS .....	65
8. PROFISCO .....	69
9. EXPEDIENTE .....	72

**Autor:** Johnny Peter da Silva Machado  
**Município de Taquari**





As imagens que ilustram este **Relatório de Atividades** são trabalhos finalistas do “II Concurso de Educação Fiscal: consumo consciente e desenvolvimento regional” e, de acordo com o item 8.2 do Regulamento do concurso, compõem acervo público de trabalhos da Educação Fiscal, e estão autorizados para uso em mídias e canais de comunicação com os devidos registros de autoria.



**Autora:** Lavínia Pinzon Diehl  
Município de Sertão Santana

**Autores:** Dhórothy Dias da Silva, Éricka Vargas  
e Luiz Antônio Rodrigues da Silva  
Município de Saporanga



# APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as ações realizadas pela Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM) da Receita Estadual no ano de 2021, ano em que a DRCM capacitou 7.528 pessoas entre eventos e cursos promovidos na plataforma EAD Receita Estadual, ultrapassando a meta anual em 151%.

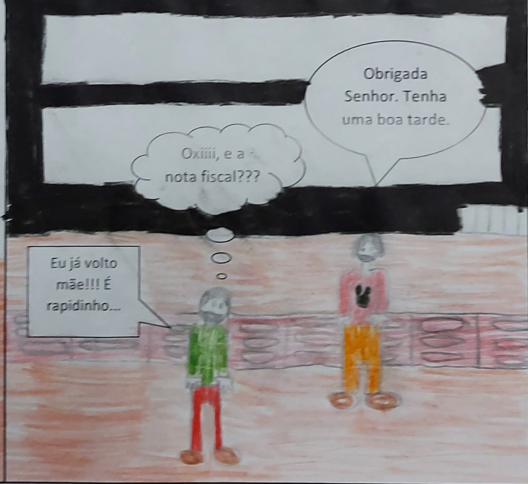
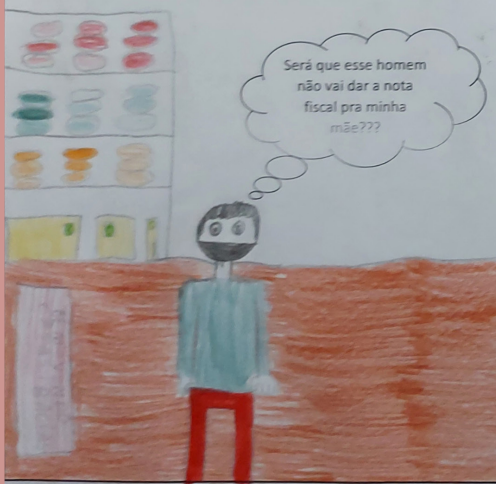
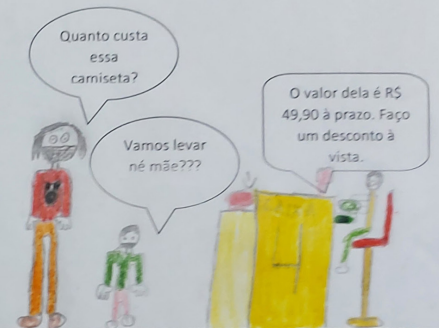
Um dos destaques do ano foi a estreia de novos cursos, desenvolvidos integralmente pela equipe da DRCM, desde a elaboração do conteúdo até a tutoria das turmas. Os cursos “Educação Fiscal na Base Nacional Comum Curricular”, “Setor Primário”, “Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Programas Municipais de Educação Fiscal”, “Devolve ICMS” e “NFG Entidades” tiveram suas turmas pilotos realizadas com sucesso em 2021.

O “II Concurso de Educação Fiscal: Consumo Consciente e Desenvolvimento Regional” também foi uma grande realização da equipe no ano, com mais de 1.700 trabalhos inscritos e 300 mil votos recebidos na votação popular para escolha dos vencedores, evidenciando o poder de alcance e impacto do tema na sociedade gaúcha.

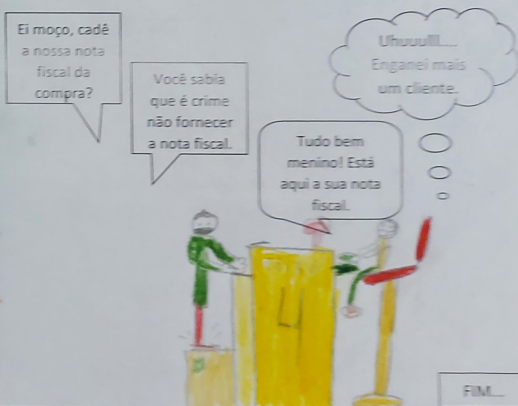


# A turma da Educação Fiscal em... **O MISTÉRIO DA NOTA FISCAL**

Numa tarde normal, de sol e calor, Helena e seu filho saíram de casa para comprar roupas. Chegando na loja...



Enquanto isso, na loja...



...

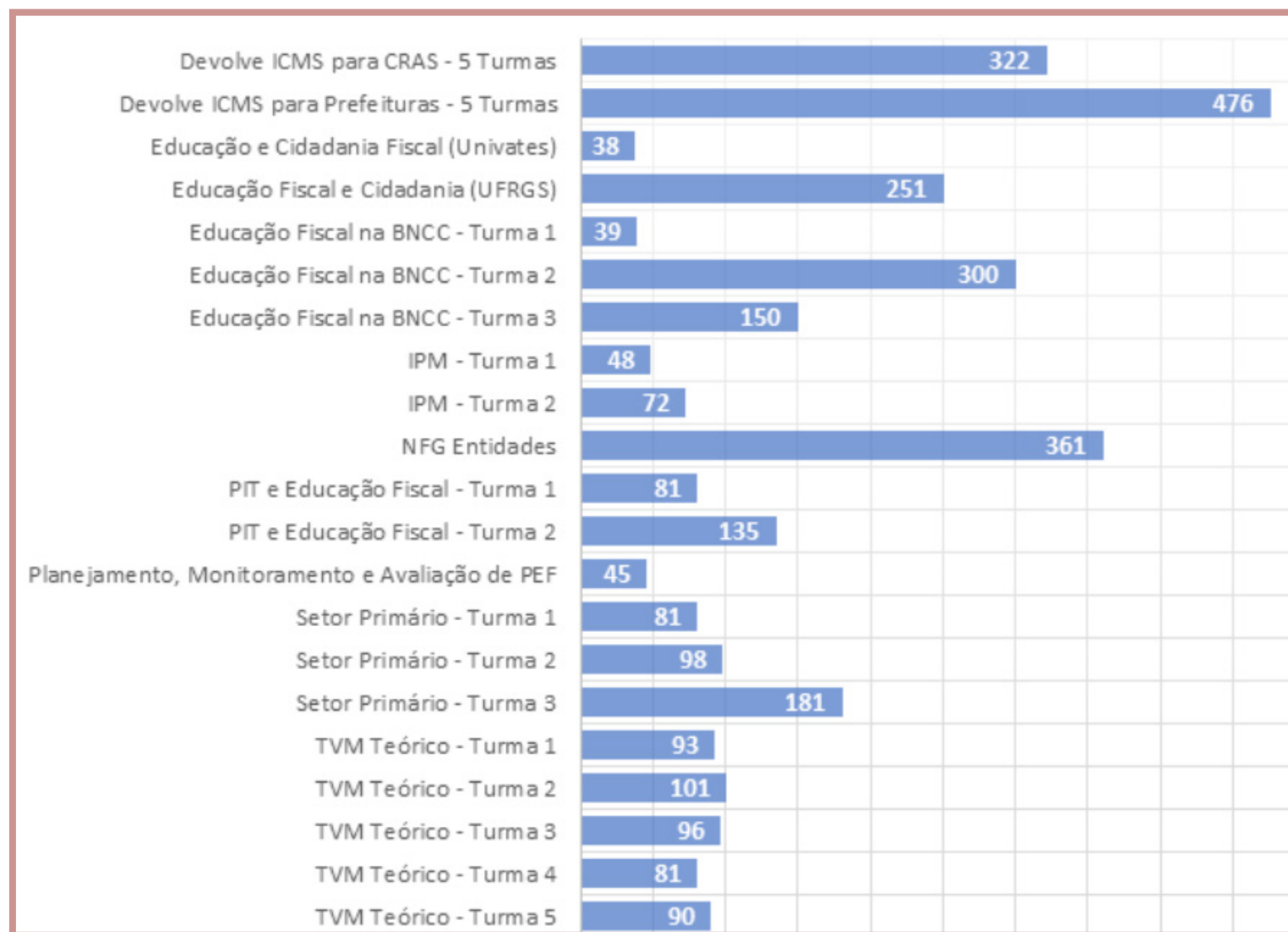
**Autor:** Guilherme Lucas Jacoboski  
**Município de Erechim**

# CURSOS E EVENTOS REALIZADOS EM 2021

TIPO	CURSO/EVENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	nº qualificações	nº edições
Ativ. de Sensibilização	Webinário "Engaja Cidadão"		627											627	1
	Aula Inaugural UFRGS						447							447	1
Cursos	Educação Fiscal na BNCC			39	300		150							489	3
	IPM		48	72										120	2
	SEPRIM			81			98					181		360	3
	TVM Teórico		93		101		96		81			90		461	5
	PIT e Educação Fiscal						81	135						216	2
	PMA PEF								45					45	1
	NFG Entidades											361		361	1
	Devolve ICMS para Prefeituras										476			476	5
	Devolve ICMS para CRAS										322			322	5
	Curso de Extensão Univates					38								38	1
	Curso de Extensão UFRGS						251							251	1
Seminários	Webinário			959										959	1
	Seminário Nacional								967					967	1
	Live NFG											1.389		1.389	1
TOTAL		0	627	1.220	72	401	776	96	135	1.382	0	979	1.840	7.528	34

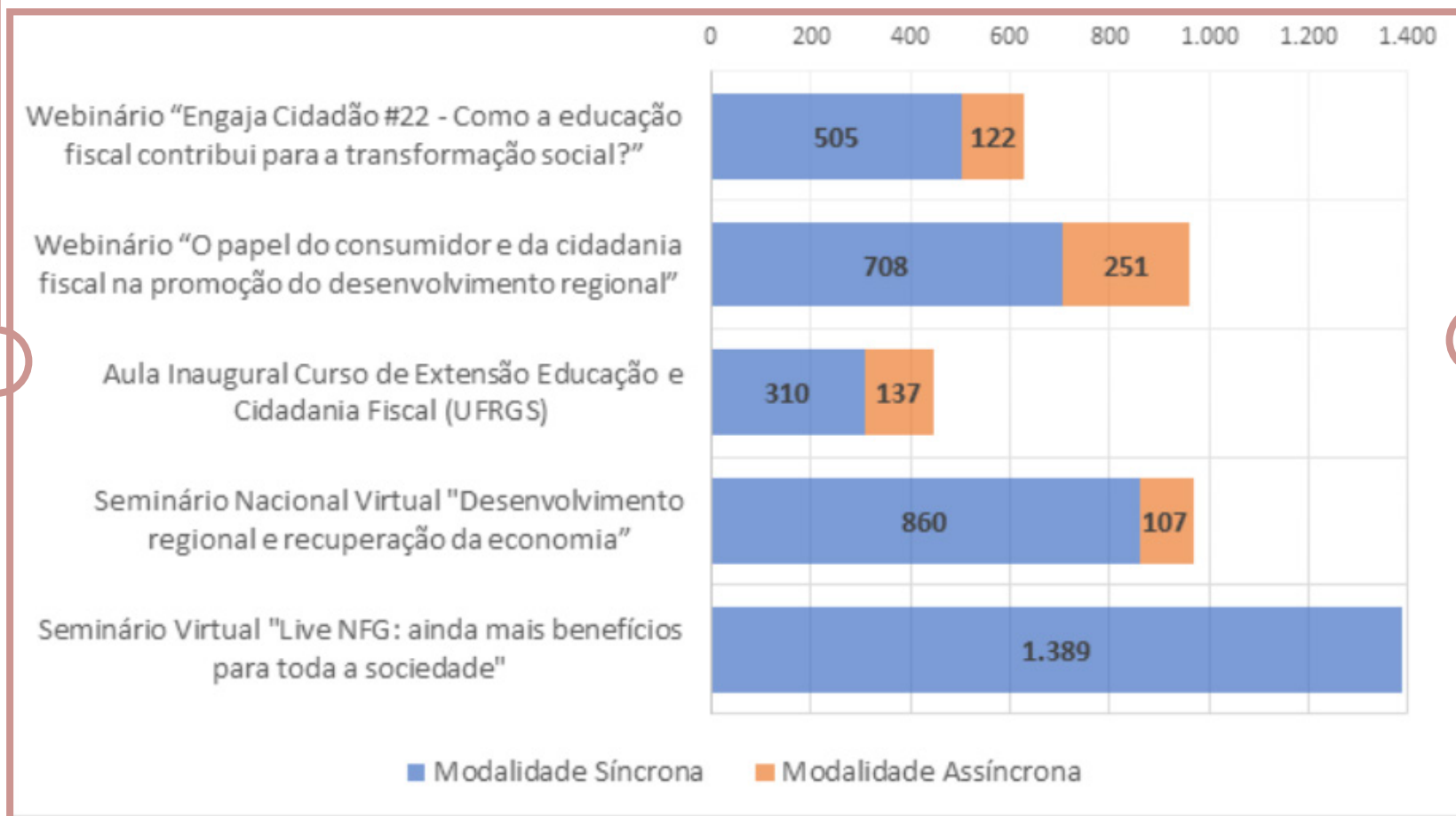
\* Considerado o mês de conclusão do curso/evento.

# Cursos





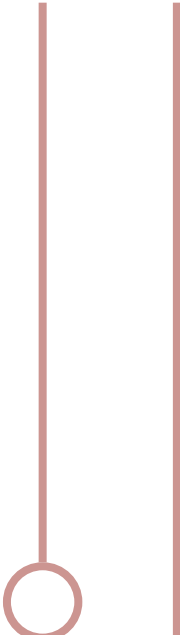
# Eventos



# LEGISLAÇÃO


O Programa Estadual de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul, regulamentado pela Lei nº 11.930/2003, faz parte do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF, que visa promover e institucionalizar a educação fiscal para o pleno exercício da cidadania. Tem como objetivos: prestar informações aos cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos, levar conhecimentos aos cidadãos sobre administração pública, alocação e controle de gastos públicos, incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos, criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão e promover ações integradas de combate à sonegação fiscal.

Desde junho de 2019, quando houve a extinção de todos os colegiados pelo Decreto Federal nº 9.759, de 11/04/2019, o Estado do Rio Grande do Sul passou a integrar o Grupo de Trabalho GT66, criado no âmbito da COTEPE/ICMS, órgão integrante da política fazendária – CONFAZ, através do Protocolo ICMS nº 44, de 29/07/2019 - Confaz, com regulamentação complementar do ATO COTEPE/ICMS 37/19, de 29/07/2019, posteriormente substituído pelo ATO COTEPE/ICMS nº 48, 04/09/2019, dispondo sobre os grupos e subgrupos de trabalho da Comissão Técnica Permanente CO-



TEPE/ICMS. Observadas as diretrizes nacionais do PNEF, cada Estado tem responsabilidade na implementação de ações, definindo suas estratégias de acordo com a realidade regional.

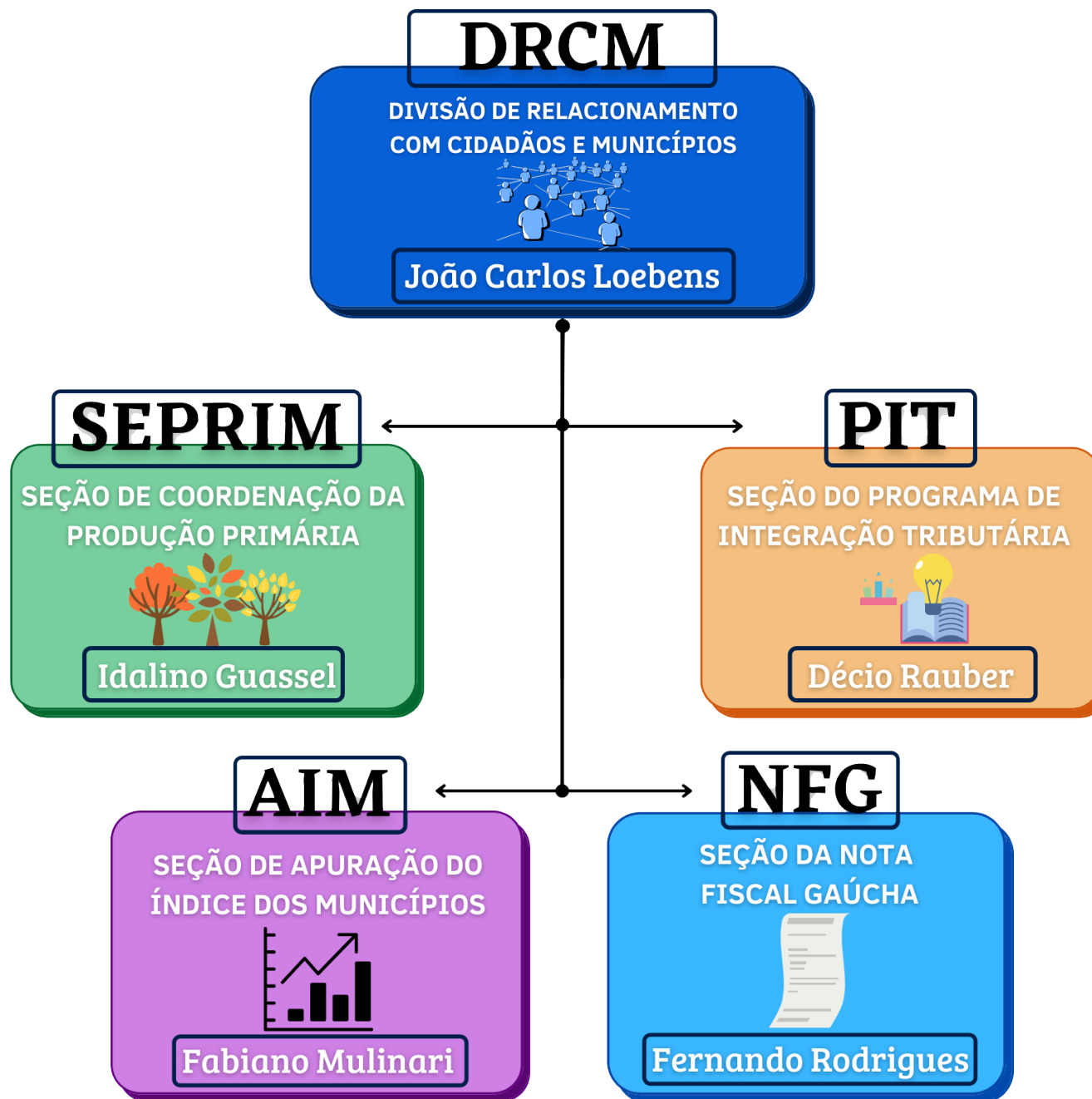
No Rio Grande do Sul, o Estado trabalha o Programa de Educação Fiscal sob o escopo do Programa de Integração Tributária – PIT. O PIT se desenvolve através de um convênio que prevê cinco grupos de ações operacionalizadas entre Estado e Municípios, entre elas as ações de Educação Fiscal. Instituído pela Lei nº 12.868/2007, tem como objetivo incentivar e avaliar as ações municipais de interesse mútuo dos municípios e do Estado no crescimento da arrecadação do ICMS.



Entre as ações previstas está a implementação de projetos pedagógicos que tratem de forma transversal os temas da Educação Fiscal no currículo escolar, de forma a promover o desenvolvimento de uma consciência fiscal, um ambiente de conhecimento e valorização dos bens e serviços públicos advindos dos impostos, a concorrência justa entre as empresas pelo combate à sonegação e o controle social do cidadão sobre os recursos públicos.

Em 2021, dos 497 municípios gaúchos, apenas um município não é signatário do PIT e 320 municípios possuem legislação própria de Educação Fiscal.





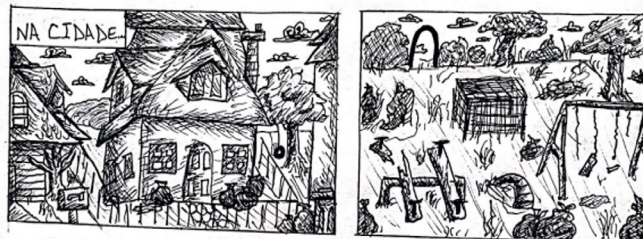
# RECURSOS HUMANOS

A equipe da Seção do Programa de Integração Tributária é a responsável, dentro da estrutura da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual (DRCM/RE), de desenvolver as ações do Programa de Educação Fiscal (PEF) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

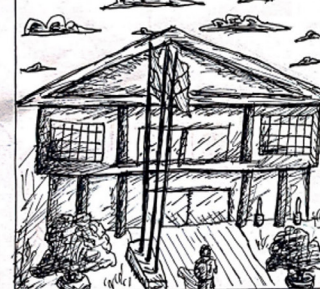
No ano de 2021 a equipe foi composta por 11 pessoas, conforme quadro de pessoal abaixo.

QUADRO	CARGO	NOME
Efetivo	Auditor-Fiscal da Receita Estadual	Décio Gardel Goecks Rauber
Efetivo	Técnica Tributária da Receita Estadual	Tânia Santos Coelho de Souza
Efetivo	Técnica Tributária da Receita Estadual	Tamara Dentee
Efetivo	Técnica Tributária da Receita Estadual	Giane Maria Zago
Efetivo	Técnico Tributária da Receita Estadual	Darcy Leonidas Brito Carvalho
Efetivo	Técnico Tributária da Receita Estadual	Wagner de Oliveira Bonfim Júnior
Efetivo	Técnico Tributária da Receita Estadual	Marcos Vinícius Marques Cardoso
Contratado	Auxiliar de Serviços Administrativos	Thalita Maciel Bruxel
Contratado	Auxiliar de Serviços Administrativos	Maria Gabriela de Mello Araújo
Contratado	Auxiliar de Serviços Administrativos	Valentina Rodrigues dos Santos Silva
Contratado	Auxiliar de Serviços Administrativos	Fernanda Santos Siqueira





ÁLVARO SE DIRIGE À PREFEITURA PARA MOSTRAR SUA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL, PARA O PREFEITO.



PESQUISAS RECENTES MOSTRAM QUE ESSA É A FORMA DE GERARMOS MAIS RENDA PARA A CIDADE, SENHOR, APOIAR NOSSO COMÉRCIO LOCAL E A AGRICULTURA FAMILIAR. É POR ISSO QUE DEVEMOS MOSTRAR ESSA IDEIA AOS OUTROS CIDADÃOS PARA QUE TODOS FAÇAM O MESMO!



NA VOLTA PARA CASA, ORGULHOSO POR TER COMPARTILHADO ESSA INFORMAÇÃO VALIOSA PARA O PREFEITO, ÁLVARO DECIDE COMEÇAR A POR EM PRÁTICA O QUE HAVIA DESCOBERTO.



Autor: Nilmar Bueno Maicá  
Município de Boa Vista das Missões



## Economia Brasileira

Saúde que te cuida,  
educação que te mantém,  
transporte que te move...  
da onde vêm?

Luz que ilumina tua rua,  
praça em que tu tomas um chimarrão,  
campo em que os "pica" de tua vizinhança  
batem bola...  
da onde vêm?

Vêm do teu CPF registrado na nota fiscal que  
tu retiras,  
vêm do imposto que tu pagas,  
vêm do comércio de teu município, de tua  
terra,  
vêm do teu consumo, de tuas rendas...

Vêm do trabalho e suor do povo:  
gaúcho, catarinense,  
mineiro, nordestino,  
caribenha, paulista...  
Vêm do povo brasileiro!

Valorizado seja o trabalhador,  
valorizado seja o consumidor!  
Valorizado seja o fomento da economia brasileira  
que te garante bens e serviços públicos!

SÃO DOMINGOS

- Giovana Blank 9/2021

Autora: Giovana Elisa Blank  
Município de Vera Cruz

# SEÇÃO 1

- Capacitação •



...

**Autor: Gabriel Pavanello**  
**Município de Santiago**

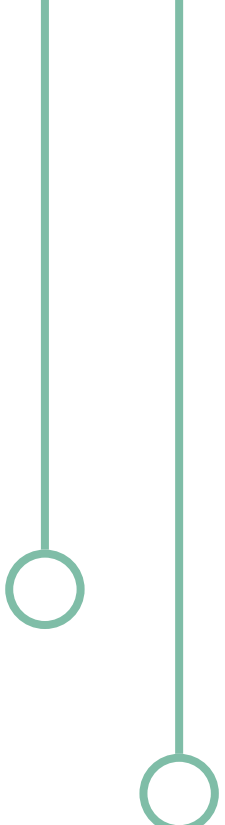
# Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual capacita mais de 7,5 mil servidores municipais em 2021

*Objetivo era capacitar ao menos três mil profissionais em temas relacionados ao Programa de Integração Tributária ao longo do ano.*

No ano de 2021 a Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual (DRCM) capacitou 7.528 pessoas entre eventos e cursos promovidos na plataforma EAD Receita Estadual, ultrapassando a meta anual em 151%.

Ao todo, foram oferecidos nove cursos em EAD, distribuídos em 27 turmas ao longo do ano, e realizados dois cursos de extensão em parceria com universidades (UFRGS e Univates), totalizando nesta modalidade mais de 3.100 aprovados. Também foram promovidos eventos virtuais, como webinários, seminários e transmissão da aula inaugural dos cursos de extensão, que certificaram mais de 4.300 pessoas.

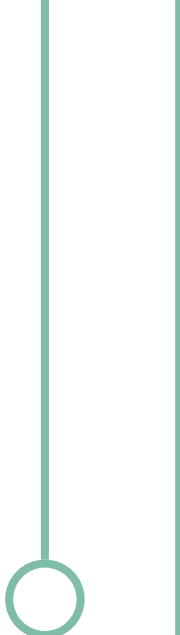





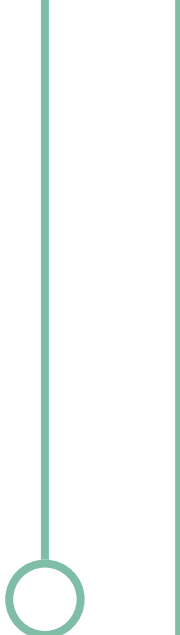
O curso com maior número de certificados foi do Devolve ICMS, desenvolvido com conteúdo exclusivo sobre o programa. Entre outubro e dezembro, foram realizadas 10 turmas do curso, certificando 798 alunos entre servidores dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAs) e servidores municipais.

O evento que encabeçou a lista de participações foi a “Live NFG: ainda mais benefícios para toda a sociedade”, responsável por 31,7% dos certificados emitidos nesta modalidade. Outros quatro eventos em formato virtual ofereceram a opção tanto de participação online quanto após o encerramento do evento ao vivo, chamada de participação assíncrona, a qual registrou 14% do total das certificações em eventos.



O destaque este ano foi para a estreia de novos cursos, desenvolvidos integralmente pela equipe da DRCM, desde a elaboração do conteúdo até a tutoria das turmas. Os cursos “Educação Fiscal na Base Nacional Comum Curricular”, “Setor Primário”, “Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Programas Municipais de Educação Fiscal”, “Devolve ICMS” e “NFG Entidades” tiveram suas turmas pilotos realizadas com sucesso em 2021.



As iniciativas promovidas também ofereceram aos municípios a possibilidade de pontuação no PIT, que incentiva ações de interesse mútuo entre Estado e municípios no crescimento da arrecadação do ICMS, repercutindo nos repasses dos recursos às Prefeituras.



A diretriz de capacitação deste ano teve foco na recuperação econômica dos municípios com valorização da produção local e regional como fator de geração de renda e emprego. De acordo com Décio Gardel Goecks Rauber, Chefe da Seção PIT, os resultados alcançados foram consequência de muito trabalho e dedicação da equipe. *“Toda a equipe está de parabéns pelos resultados atingidos, pois apesar das dificuldades impostas pela pandemia conseguimos superar as metas estabelecidas para o ano, inclusive com lançamento de cursos novos. Fechamos 2021 realizados com nosso trabalho, pois afinal esse é o nosso objetivo: atender com excelência os cidadãos e municípios que utilizam nossos serviços”*, afirmou Rauber.

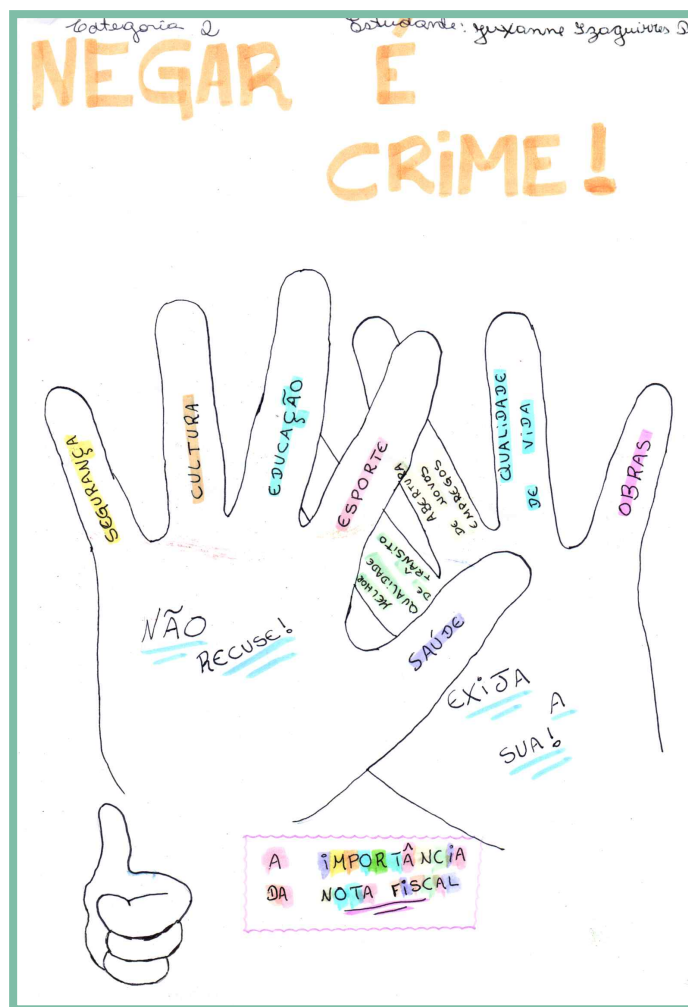


Confira a seguir o quadro informativo sobre as atividades realizadas:

TIPO	CURSO/EVENTO	Certificados	Edições
Ativ. de Sensibilização	Webinário "Engaja Cidadão"	627	1
	Aula Inaugural UFRGS	447	1
Cursos	Educação Fiscal na BNCC	489	3
	IPM	120	2
	Setor Primário	360	3
	TVM Teórico	461	5
	PIT e Educação Fiscal	216	2
	PMA PEF	45	1
	NFG Entidades	361	1
	Devolve ICMS para Prefeituras	476	5
	Devolve ICMS para CRAS	322	5
	Curso de Extensão Univates	38	1
	Curso de Extensão UFRGS	251	1
Seminários	Webinário "O papel do consumidor..."	959	1
	Seminário Nac. "Desenv. Reg. e Recuperação da Econ..."	967	1
	Live NFG	1.389	1
TOTAL		7.528	34

# SEÇÃO 2

## • Novos Cursos •



**Autora:** Juyan Izaguirres Pires  
..... **Município de Jaguari**



## **Receita Estadual conclui capacitação de servidores municipais sobre o programa Devolve ICMS e certifica mais de 1.400 pessoas**

No dia 16 de dezembro a Secretaria da Fazenda (Sefaz) concluiu a capacitação de agentes municipais das Prefeituras e Centros de Referência em Assistência Social (CRAs) no curso específico do Devolve ICMS. Foram realizadas 10 turmas do curso, certificando 798 alunos de 340 cidades, 68,4% dos municípios gaúchos, neste curso que foi desenvolvido exclusivamente sobre o programa.

Além deste curso, foi elaborado também um módulo sobre o Programa Devolve ICMS que foi incluído em outras três capacitações que ocorreram no mês de novembro na plataforma EAD da Receita Estadual, permitindo, ainda, a certificação de 181 atendentes que atuam no setor primário em diversas cidades, 90 servidores de turmas volantes municipais e 361 integrantes de entidades sociais vinculadas ao Programa Nota Fiscal Gaúcha (NFG).

Somando o curso exclusivo com as turmas regulares, já são mais de 1400 pessoas, de mais de 400 municípios gaúchos, aptas a prestar esclarecimentos sobre essa iniciativa pioneira no país.

### **O curso Devolve ICMS**

O curso foi oferecido na plataforma EAD da Receita Estadual, sob gestão da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual. O objetivo foi habilitar pessoas de diversas localidades para que pudessem orientar a população gaúcha sobre essa inovação da administração tributária que busca apoiar os cidadãos de menor renda a partir da devolução de parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago.

O público-alvo da capacitação foram servidores dos CRAs e servidores municipais. Foram realizadas cinco turmas exclusivas com carga horária de quatro horas para assistentes sociais, totalizando 322 alunos certificados de 181 municípios. Para as prefeituras, foram ministradas cinco turmas, com carga horária de oito horas, formando 476 participantes de 235 municípios.

*“A equipe da DRCM entende o Devolve ICMS como um dos melhores exemplos para trabalhar a cidadania fiscal porque, ao combater a regres-*


*sividade fiscal, permite uma reflexão baseada no impacto da contribuição de cada um e cada uma na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa e substancializa no mundo da vida cotidiana o conceito da função social do tributo, tão caro à Educação Fiscal”, avalia Tânia Santos Coelho de Souza, técnica tributária da Receita Estadual e uma das ministrantes do curso.*

A capacitação, que foi online e gratuita, ofereceu pontuação no Programa de Integração Tributária (PIT), com um ponto por certificado na ação “2.05 - Participar do Programa NFG em eventos municipais, regionais ou estaduais”, limitado a três pontos por município. Além de pontuar no PIT, essa parceria entre Estado e municípios foi fundamental para ajudar na divulgação da iniciativa, garantindo que todas as famílias que atendam aos critérios do Programa saibam de seus direitos e gozem do benefício.

### **Sobre o Devolve ICMS**

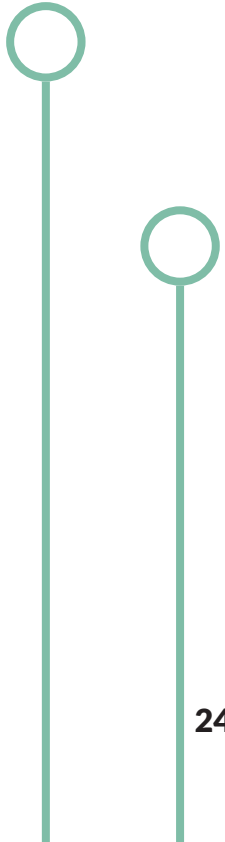
O Devolve ICMS é um programa de cidadania fiscal e de apoio às famílias de menor renda que tem o intuito de garantir maior justiça tributária. Proporcionalmente ao que ganham, as famílias mais pobres pagam mais impostos. A iniciativa busca reverter essa lógica a partir da devolução





de parte do ICMS a aproximadamente 432 mil famílias gaúchas com renda mensal de até três salários mínimos nacionais ou renda per capita por mês inferior a meio salário mínimo nacional.

Têm direito ao benefício famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) que recebam o Bolsa Família ou que tenham algum integrante matriculado na rede estadual de ensino médio regular. Inicialmente, será retornado a cada família o valor de R\$ 400 por ano, pago em quatro parcelas de R\$ 100.

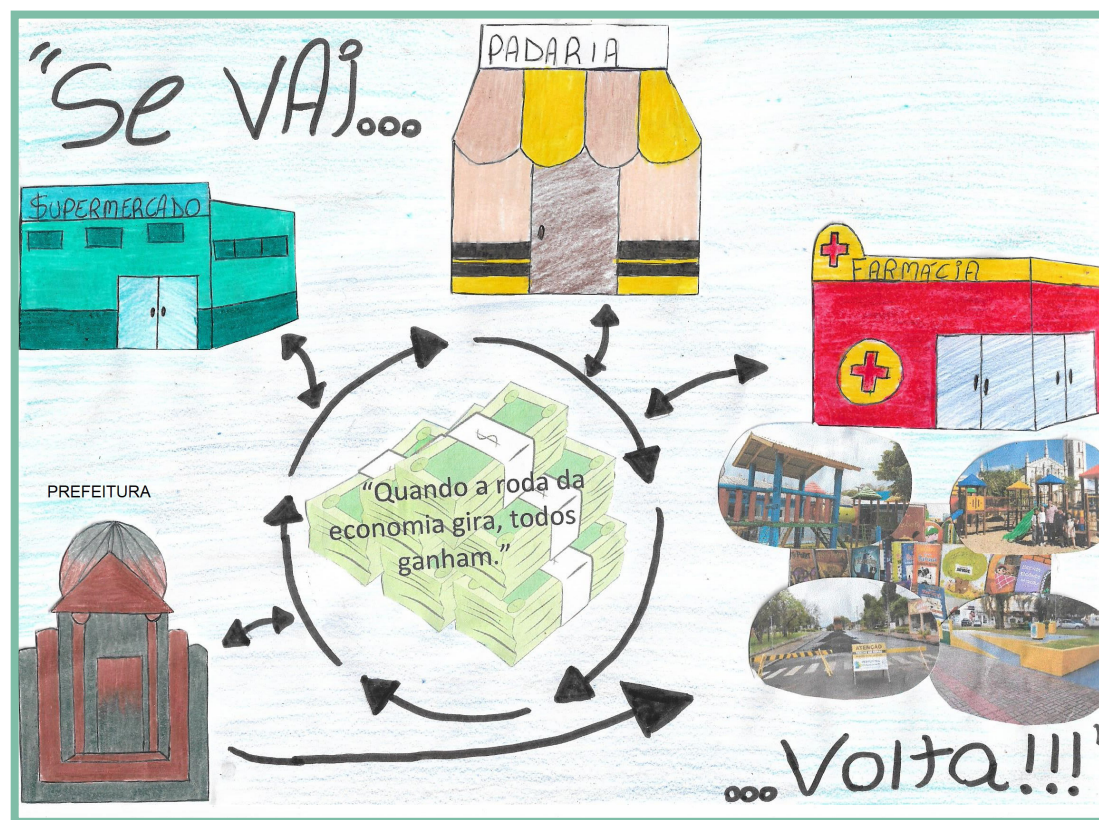


O montante será creditado, a partir de dezembro, em um cartão de débito fornecido pelo Banrisul, sem custo algum e sem necessidade de novo cadastro. O cartão poderá ser usado para compras em locais que possuem a máquina Vero Banrisul, isto é, em torno de 140 mil estabelecimentos, como supermercados, postos de gasolina, farmácias, padarias, entre outros.

Dúvidas sobre o programa podem ser esclarecidas junto ao call center: 0800 541 2323. O atendimento ocorre das 8h às 20h de segunda a sexta-feira e, aos sábados, das 8h às 14h.

## Sobre o PIT

O Programa de Integração Tributária (PIT), coordenado pela Receita Estadual (RE), visa a incentivar e avaliar ações de interesse mútuo entre Estado e municípios no crescimento da arrecadação do ICMS, repercutindo nos repasses dos recursos às prefeituras. A pontuação no Programa corresponde a 0,5% do Índice de Participação dos Municípios (IPM), que é o indicador utilizado para determinar a quota-parte de cada um dos 497 municípios gaúchos sobre as receitas do ICMS.



## Curso “NFG e Entidades Sociais” foi lançado no EAD Receita Estadual

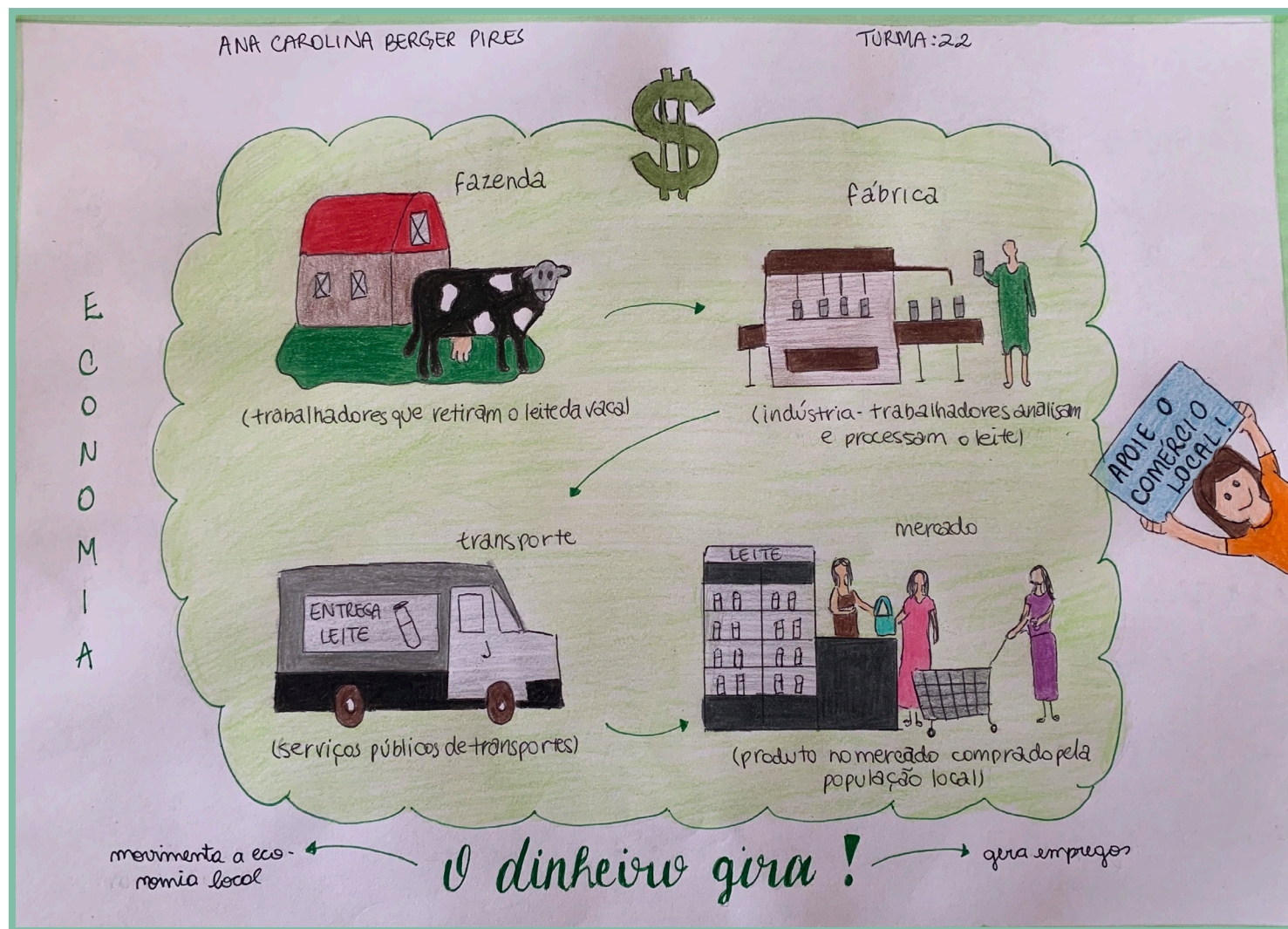
Entre os meses de novembro e dezembro a Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios promoveu a turma piloto do Curso NFG e Entidades Sociais, destinado aos cidadãos com vínculo com as instituições. Inicialmente foram ofertadas 100 vagas, no entanto, em virtude do elevado índice de procura, foram registradas ao final 482 inscrições.

O curso foi realizado integralmente no formato a distância e carga horária de 20 horas, com um módulo por semana, e aproveitamento mínimo de 60% para certificação. A participação no curso também pontuou com 500 mil pontos para as Entidades Sociais no Programa NFG.

Os módulos abordaram os seguintes conteúdos: Introdução ao Programa NFG; Entidades elegíveis e processo de habilitação; Cidadania Fiscal e NFG; e Prestação de Contas das Entidades Sociais.



74,9% dos inscritos concluíram o curso e foram certificados. Na pesquisa de avaliação, para fins de ajustes e melhorias para as próximas turmas, 88,3% avaliaram o conteúdo do curso como “ótimo” e 79,2% classificaram como “ótimo” o grau de satisfação da expectativa com o curso.



# Curso “Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Programas Municipais de Educação Fiscal” estreia no EAD Receita Estadual

O curso “Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Programas Municipais de Educação Fiscal” foi lançado em agosto na plataforma EAD da Receita Estadual voltado especificamente para servidores municipais com funções de gestão do Programa Municipal de Educação Fiscal ou integrantes de Grupos Municipais de Educação Fiscal. A primeira turma, que iniciou as atividades em 16 de agosto, contou com 56 alunos.

Este curso faz parte da trilha de capacitação em Educação Fiscal trabalhada no âmbito do PIT, cujo objetivo é criar as condições para que todos os municípios tenham acesso a informações qualificadas e possam assumir o protagonismo na gestão das ações no Programa de Integração Tributária.

As habilidades adquiridas nesta formação ultrapassam a gestão de ações de Educação Fiscal porque, ao trabalhar com conceitos e ferramentas de mo-

monitoramento e avaliação e com exercícios práticos, permite aos participantes que utilizem este conhecimento em todos os demais aspectos da sua atuação como servidores públicos.

*“O estímulo a uma cultura de monitoramento e avaliação de políticas públicas é uma necessidade e uma imposição de uma nova concepção de um serviço público transparente e voltado à sua finalidade social, que monitora seus impactos e presta contas à sociedade”,* pontuou Tânia Santos Coelho de Souza, responsável pelo desenvolvimento do conteúdo do curso.

### **Saiba mais sobre o curso**

O curso tem carga horária de 20h e está estruturado em 4 módulos:

- **Módulo 1** - Planejamento Estratégico do Programa Nacional de Educação Fiscal
- **Módulo 2** - Planejamento de Produtos e Ações na Educação Fiscal
- **Módulo 3** - Monitoramento e Avaliação de Programas de Educação Fiscal
- **Módulo 4** - Passos do planejamento, monitoramento e avaliação

Todos os módulos têm atividade avaliativa e a nota mínima para certificação é 70% de aproveitamento.

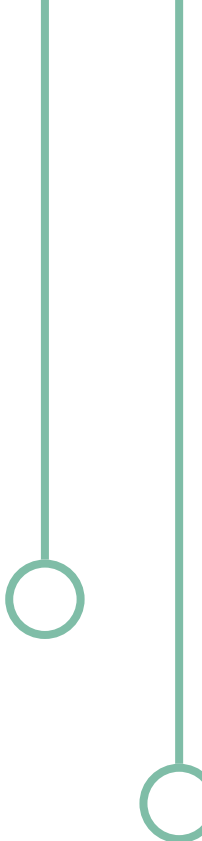


## RS participou ativamente de dois cursos promovidos pelo Programa Nacional de Educação Fiscal

Em 2021 o Rio Grande do Sul participou de duas iniciativas de formação promovidas pelo Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, que é gerido através do Grupo de Trabalho 66, no Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.


O Curso Introdutório de Indicadores para Programas de Educação Fiscal foi disponibilizado na Escola de Gestão Fazendária do Tocantins no período de 6 de agosto a 15 de setembro, para os membros do Grupo de Trabalho, com o objetivo de buscar subsídios para o Caderno de Monitoramento e Avaliação do PNEF. O conteúdo base do curso foi desenvolvido no Rio Grande do Sul, pela Técnica Tributária da Receita Estadual (TTRE) que atua na DRCM, Tânia Santos Coelho de Souza.

Através desta formação serão levantados os produtos e ações do Programa Nacional de Educação Fiscal que serão desenvolvidos até 2023, bem como a metodologia de monitoramento e avaliação.



O conteúdo adaptado também foi oferecido através do ambiente virtual da Receita Estadual para 54 gestores municipais de Programas de Educação Fiscal, sob a tutoria e acompanhamento técnico da TTRE Giane Maria Zago.

A segunda ação com envolvimento da equipe gaúcha, também disponibilizada na Escola de Gestão Fazendária do Tocantins, é o Curso Design Thinking, que busca fomentar iniciativas inovadoras na Educação Fiscal e está trabalhando com o problema central: como levar o conhecimento da Educação Fiscal à sociedade?



O professor e facilitador é Rodrigo Narcizo, mestre em Educação e pedagogia, gerente técnico do Escritório de Projetos na Superintendência de Planejamento Institucional da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que atua na formação de forma voluntária.

Design Thinking é uma forma de pensar crítica e criativa, que tem as pessoas como foco central, e busca resolver problemas através de 5 etapas clássicas do processo, com participação colaborativa, agregando diversas técnicas. As etapas do Design Thinking são (1) Empatia (observar e mapear os usuários); (2) Definição do problema; (3) Ideação (Brainstorm – visualização das ideias); (4) Protótipo; e (5) Teste.

# SEÇÃO 3

## • Cursos de Extensão •



..... Autora: Stéfani Thiel  
Município de Feliz

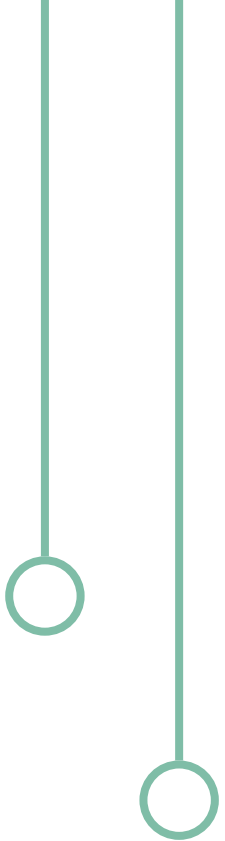
## 9ª edição do Curso de Extensão em Educação Fiscal e Cidadania formou 251 alunos

Entre 16 de junho e 30 de setembro foi realizada a 9ª turma do Curso de Extensão em Educação Fiscal e Cidadania, formando ao final 251 alunos. Ao longo de todas as edições, já são 954 alunos formados neste curso de extensão. Pelo segundo ano consecutivo, a iniciativa ocorreu na modalidade a distância, sem atividades presenciais, em decorrência das medidas de isolamento social para prevenção da propagação do coronavírus.

O curso está estruturado com uma palestra de lançamento e dez aulas, sendo que cada aula é composta por atividades obrigatórias, complementares e de avaliação, com a carga total de 60 horas-aula. Abordando os temas de cidadania, tributação, gasto público, orçamento, transparência e controle social, a ação busca contribuir com o processo de formação de multiplicadores em educação fiscal e protagonistas no fortalecimento da cidadania.

Concebido e desenvolvido por intermédio de uma parceria entre a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e o Centro de Estudos Internacionais

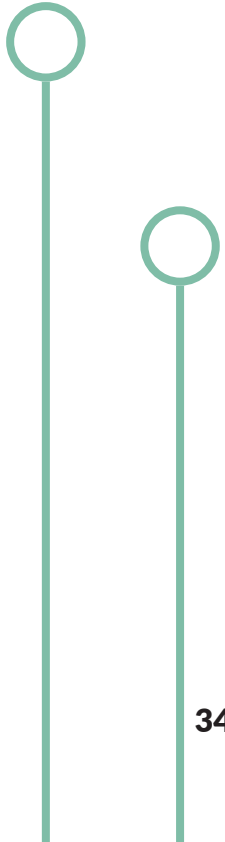


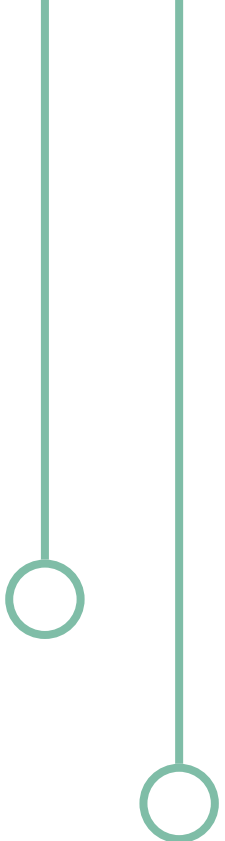


sobre Governo (Cegov) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Alfândega de Porto Alegre da Superintendência da 10ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil, a Subsecretaria da Receita Estadual, o Programa Municipal de Educação Fiscal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Instituto Justiça Fiscal (IJF), a capacitação conta com um grupo multidisciplinar de professores, servidores públicos ativos e aposentados que voluntariamente buscam contribuir com a formação de protagonistas em ações que beneficiem a comunidade e resultem no desenvolvimento político, social e econômico orientado por princípios relacionados à solidariedade, sustentabilidade e justiça fiscal.

## **Aula inaugural do Curso de Extensão em Educação Fiscal e Cidadania**

Na noite do dia 16 de junho foi transmitida ao vivo a palestra “Enfrentar a desigualdade no Brasil é possível”, com a participação do professor Dr. Pedro Rossi, que abordou o gasto público, desigualdade e direitos, e da professora Gabriela Telles, que falou sobre o tema ideologias desigualitárias e educação. A palestra marcou a abertura da 9ª edição do Curso de Extensão em Educação Fiscal e Cidadania e 447 cidadãos que acompanharam o evento online receberam a certificação de 2h.





Na oportunidade, a professora Rosa Angela Chieza fez a fala inicial da palestra contextualizando que a 9ª edição do curso de extensão contou com 600 alunos inscritos de 19 estados brasileiros, sendo o segundo ano realizado na modalidade virtual. Chieza afirmou que a realização do curso só é possível graças ao comprometimento e o engajamento dos professores e das entidades parceiras. *“Este é um trabalho coletivo das instituições e sonhamos com uma vida longa para esta parceria”*, afirmou. Na sequência, o professor Dão Real Pereira dos Santos destacou que, embora já esteja na sua 9ª edição, o curso mantém a tradição de dialogar com a realidade brasileira, motivo pelo qual cada edição é diferente da outra, por sempre trazer temáticas atualizadas para reflexão e debate em aula. A palestra de abertura foi proferida pelos professores Dr. Pedro Rossi e Gabriela Telles, e pode ser conferida na íntegra no canal do IJF no Youtube.

# Univates e Receita Estadual lançam curso de extensão sobre educação e cidadania fiscal

A Universidade do Vale do Taquari – Univates, em parceria com a Receita Estadual e o Instituto Justiça Fiscal, promoveu em 2021 o curso de extensão “Educação e Cidadania Fiscal: um instrumento de justiça e inclusão social”. Alinhada às medidas de distanciamento social para prevenção da propagação do coronavírus, a iniciativa ocorreu na modalidade a distância, sem atividades presenciais, através da plataforma de ensino do ambiente virtual da universidade.

## O curso de extensão

A primeira edição do curso de extensão “Educação e Cidadania Fiscal: um instrumento de justiça e inclusão social” é uma promoção da Univates, em parceria com a Receita Estadual e o Instituto Justiça Fiscal. O curso teve início no dia 20 de maio com palestras do professor Marciano Buffon, sobre o tema *“Democracia e sua relação com a Justiça Fiscal e Social”*, e do Auditor-Fiscal da Receita Estadual João Carlos Loebens, sobre o tema *“Corrupção Pública e*

*Privada e os Impactos na Oferta de Bens e Serviços Públicos em Tempos de Pandemia”.*

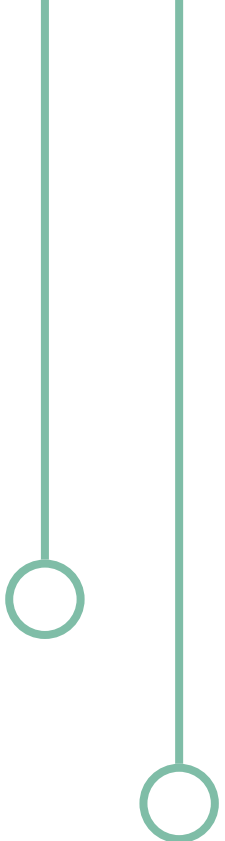
O curso foi realizado na modalidade a distância, sem atividades presenciais, através da plataforma de ensino do ambiente virtual da universidade, e foi estruturado com a palestra de lançamento e mais dez aulas, sendo que cada disciplina teve avaliação própria com questões objetivas e atividades subjetivas, com a entrega de um trabalho final. O curso ocorreu no período de 20 de maio a 20 de agosto, com carga total de 60 horas-aula.

### **Seminário marca o encerramento da 1ª edição do Curso de Extensão**

No dia 27 de setembro ocorreu o seminário de encerramento e compartilhamento de dados sobre os trabalhos finais do Curso de Extensão “Educação e Cidadania Fiscal: um instrumento de justiça e inclusão social”. Ao todo, nove trabalhos foram apresentados pelos alunos que compartilharam suas pesquisas e aprendizados do curso, promovido pela Universidade do Vale do Taquari (Univates), em parceria com a Receita Estadual e o Instituto Justiça Fiscal.

A professora da Univates, Tatiele Kuntz, abriu o evento agradecendo às

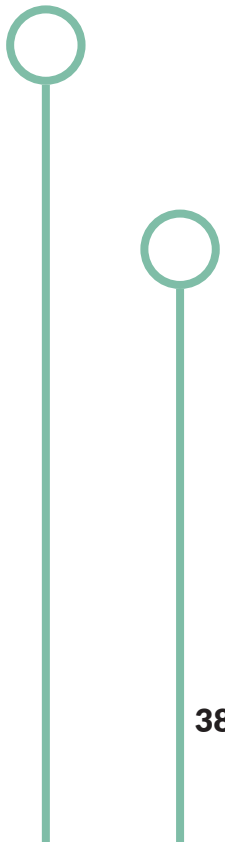




entidades parceiras pela promoção e organização da primeira edição do curso de extensão. A professora apresentou os dados da conclusão do curso, que registrou 48% de aprovação entre os 79 alunos inscritos. Tatiele também mostrou o resultado da pesquisa de avaliação sobre o curso que foi aplicada aos alunos, destacando que a pergunta sobre o conteúdo abordado não recebeu nenhum retorno negativo, com índices de 32% como “bom” e 68% como “ótimo”.

A professora Maria Regina Duarte, representando o Instituto Justiça Fiscal, ressaltou que o curso cumpriu com seu propósito, pois a oficina da cidadania fiscal envolve a troca e a interação, e parabenizou todos os alunos pelo êxito.

João Carlos Loebens, chefe da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual, complementou que o título do curso de extensão é muito significativo e atual e, em nome da Instituição, agradeceu à Univates pela iniciativa e à equipe da organização do curso. Na sequência, passou a palavra aos alunos, que iniciaram as apresentações dos trabalhos.



**Confira os trabalhos apresentados na relação abaixo:**

<b>Aluno</b>	<b>Título do trabalho</b>
Milena Rosa	O impacto dos impostos regressivos na geração de desigualdade social: percepção dos acadêmicos da Universidade do Vale do Taquari - Univates
Wagner Barbosa Pedrotti	Cadastramento e recadastramento imobiliário para o IPTU: análise empírica de um caso de sucesso em Pelotas/RS
Cátia Gomes	Desmistificando o tributo: vilão ou herói?
Francisca Sausen Welter	A tributação sobre os minérios brasileiros
Francielle Bucker	Elaboração de uma atividade online e aplicação em reunião para os conselheiros do CACS-FUNDEB no Município de Imigrante
Giane Maria Zago	Educação Fiscal: tributos e sua função social, cidadania e solidariedade tributária
Caroline Bardelotto Pelissa	Reforma tributária e igualdade social
Sabrina Tascheto Tamiosso	Relevância dos tributos para a materialização do bem comum: bens e serviços públicos
Sabrina Henz e Denise Goldmeier Mattes	Entenda o novo FUNDEB: um card digital para disseminação do conhecimento aos profissionais da educação de Teutônia/RS

# SEÇÃO 4

## • Concurso •

### Cidadania

A crise econômica decorrente do surto pandêmico obrigou cidadãos trabalhadores promover, de forma criativa e harmônica o fomento da economia local e regional para garantir bens e serviços públicos. direito institucional.

Como bom cidadão exija nota fiscal. É sua obrigação! E evite, assim, a sonegação. Seja inteligente! Prefira o consumo consciente! Vigie e exija... que tudo seja transparente.

Pague os tributos em dia! São eles que sustentam o cumprimento das obrigações da educação, saúde, segurança.... e garantem a redução das desigualdades sociais assegurando, assim a justiça social.

Não há cidadania sem direitos humanos e sociais. Temos o compromisso de torná-los reais. Cooperação, honestidade e liderança é a nossa esperança.

**Autora:** Maria Clara Chiele Sponchiado  
..... **Município de Taquaruçu do Sul**

## **II Concurso de Educação Fiscal: Consumo Consciente e Desenvolvimento Regional recebeu mais de 1.700 trabalhos inscritos e 300 mil votos na votação popular para escolher os vencedores**

O Grupo Estadual de Educação Fiscal do RS (GEFE/RS) lançou no dia 17 de agosto o II Concurso de Educação Fiscal: consumo consciente e desenvolvimento regional para participação dos estudantes gaúchos.

O concurso consistia na inscrição do trabalho dos estudantes sobre a função social do Estado e suas fontes de arrecadação, representada pela presença do Estado no fornecimento de bens e serviços públicos à população, bem como do fomento da economia local/regional para garantir estes bens e serviços. O intuito era estimular o debate em sala de aula sobre o tema da cidadania fiscal, através da compreensão dos conceitos básicos da Educação Fiscal e da importância do consumo consciente para o desenvolvimento regional.

O trabalho podia ser elaborado em caráter individual ou em grupo de até 3 estudantes e devia ser inscrito em uma das seguintes categorias:

- Categoria 1 – Desenho com tema específico de bens e serviços públicos;
- Categoria 2 – Cartaz publicitário;



- Categoria 3 – História em quadrinhos;
- Categoria 4 – Poema livre.

### **Trabalhos inscritos**

As inscrições enceraram no dia 30 de setembro e 1.745 trabalhos foram inscritos na disputa pelos prêmios. Por este motivo, a Comissão Organizadora do concurso precisou rever os prazos que estavam previstos no Regulamento e prolongar algumas etapas de avaliação dos trabalhos.

As inscrições para participar no concurso foram abertas no dia 17 de agosto, porém 83% das 1.745 inscrições foram feitas nos últimos quatro dias do prazo, o que gerou uma feliz surpresa para a Comissão Organizadora, que vinha acompanhando o volume de inscrições diariamente.

O Coordenador do Grupo de Educação Fiscal do RS (GEFE/RS), João Carlos Loebens, destacou que o grupo ficou muito satisfeito com a promoção deste concurso, pois, além de atingir um número histórico de participações, os trabalhos elaborados pelos estudantes estão com excelente qualidade e conteúdo.

*“O volume de trabalhos com certeza é impactante e deixa o GEFE muito feliz pelo engajamento de tantos alunos e professores na temática da Educação Fiscal, tão importante para um convívio social harmonioso. O grupo constatou que tem materiais ótimos, desde desenhos da Educação Infantil até*

*poemas com análises sociais. É enriquecedor ver este debate nas escolas”, afirmou Loebens.*

### **Saiba mais sobre os trabalhos inscritos**

Do total dos trabalhos recebidos, 50% foram inscritos na Categoria 1 – Desenho com tema específico de bens e serviços públicos; 17% na Categoria 2 – Cartaz publicitário; 13% na Categoria 3 – História em quadrinhos; e 20% Categoria 4 – Poema livre.

86% dos trabalhos foram feitos em caráter individual e foram registradas participações de 123 municípios gaúchos, sendo o município de Rodeio Bonito o que teve maior número de trabalhos enviados, com 138 inscrições.

### **Votação popular**

A primeira fase de avaliação do concurso tratou da admissibilidade dos trabalhos, conferindo se estavam de acordo com os critérios da categoria e adequados ao tema proposto. Os trabalhos selecionados que seguiram para a fase 2 foram avaliados por uma Comissão Avaliadora de acordo com os dois critérios previstos no Regulamento: ‘conteúdo’ e ‘criatividade’.

Os trabalhos que ficaram com as 10 melhores notas em cada categoria seguiram para a etapa seguinte: a votação popular, aberta no dia 6 de dezembro.

Dos 1.745 inscritos no “II Concurso de Educação Fiscal: consumo consciente e desenvolvimento regional”, 40 seguiram para esta última etapa. A votação ficou disponível para acesso de todos e encerrou no dia 20 de dezembro.

O registro de votos foi realizado via plataforma eletrônica, através de um link para cada categoria. No formulário de cada seção, eram apresentados os trabalhos e as informações como o nome do(s) aluno(s), professor, escola e município. Para votar, após a apresentação dos trabalhos, devia ser marcada a opção referente ao trabalho que, na avaliação do votante, devia ser o vencedor da categoria. Para concluir a votação, era obrigatório que esta pergunta estivesse preenchida.

## **Vencedores**

Cada uma das quatro categorias do concurso premiou os três primeiros colocados, que foram escolhidos em votação popular. Ao todo, 40 trabalhos finalistas estavam na disputa. A votação foi realizada por plataforma digital e ficou acessível durante 15 dias, registrando ao final 319.465 votos recebidos. A categoria 1, de desenhos, foi responsável por 52,2% deste total.

Conforme João Carlos Loebens, coordenador do Grupo Estadual de Educação Fiscal (GEFE/RS), responsável pela promoção do concurso, o resultado demonstra o engajamento da comunidade e a relevância do tema explorado

(consumo consciente e o desenvolvimento regional). *“Queremos registrar nossos agradecimentos aos componentes do GEFE, que trabalharam com afinco na elaboração do concurso e na avaliação dos trabalhos, bem como o nosso reconhecimento especial aos alunos e professores que participaram e enviaram os seus trabalhos, e o nosso obrigado à população pela expressiva votação, evidenciando a repercussão e pertinência do tema no momento atual. Esse é um momento muito especial e feliz para os vencedores, mas queremos celebrar também os participantes do concurso que não ficaram entre os 40 finalistas – saibam que contribuíram de forma significativa para esse belo resultado do concurso”*, destacou.

### **Vencedores por categoria:**

#### Categoria 1: Desenho

- 1º lugar (53,5%) - LAVÍNIA PINZON DIEHL (Escola Estadual de Ensino Médio Comendador Eduardo Secco, município de Sertão Santana)
- 2º lugar (28,5%) - DHÓROTHY DIAS DA SILVA, ÉRICKA VARGAS, LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA (Escola Municipal de Ensino Fundamental São Carlos, município de Saporanga)
- 3º lugar (11,7%) - CARLOS DANIEL GIMENEZ SALMENTON (Escola Municipal de Ensino Fundamental Saldanha Marinho, município de Santana do Livramento)



## Categoria 2: Cartaz Publicitário

- 1º lugar (34,8%) - LETÍCIA GABRIELA HAAS PILGER (Escola Municipal de Ensino Fundamental Coroinha Daronchi, município de Três Passos)
- 2º lugar (18,1%) - JUYANNE PIRES (Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, município de Jaguari)
- 3º lugar (16,8%) - ANA LUIZA RIBEIRO DOS SANTOS (Escola Municipal de Ensino Fundamental Cívico Militar Coronel Marcial G. Terra, município de Tupanciretã)

## Categoria 3: História em Quadrinhos

- 1º lugar (35,1%) - RAÍSSA SOTORIVA (Escola Municipal de Ensino Fundamental Mário Quintana, município de Planalto)
- 2º lugar (27,8%) - GUILHERME LUCAS JACUBOSKI (Escola Municipal de Ensino Fundamental Paiol Grande, município de Erechim)
- 3º lugar (11,8%) - CAROLINE B. SBARAINI (Escola Estadual de Educação Básica São Francisco, município de Progresso)

## Categoria 4: Poema Livre

- 1º lugar (32,9%) - JÚLIO CÉSAR BARBIERI (Escola Municipal de Ensino

Fundamental Jaguaretê, município de Erechim)

- 2º lugar (23,3%) - GABRIEL DE VARGAS WADENPHUL (Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Emílio Schenk, município de Taquari)
- 3º lugar (15,5%) - ELISIANE DE BEM CASARIN (Escola Estadual de Ensino Médio Lucila Nogueira, município de Boa Vista das Missões)

### **Premiação**

Os vencedores ganham um aparelho de videogame e as entregas dos prêmios ocorrerão durante o mês de janeiro de 2022. Os prêmios foram doados ao Programa de Educação Fiscal pela Receita Federal do Brasil. A premiação é por categoria, na seguinte ordem:

- 1º lugar: 01 (um) aparelho de videogame modelo PlayStation 4
- 2º lugar: 01 (um) aparelho de videogame modelo Xbox One 1TB
- 3º lugar: 01 (um) aparelho de videogame modelo Xbox One 500MB
- 

A Comissão Organizadora do concurso decidiu também dar uma premiação extra para a escola com maior participação e trabalhos inscritos na edição. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Evaldo Roberto Nickhorn, do município de Rodeio Bonito, é a campeã e ganha um videogame modelo Sony PS4 Slim 1TB como reconhecimento pelo seu engajamento.

# SEÇÃO 5

## • Seminários •




Autora: Juliana Gabrieli Schittler  
Município de Santana do Livramento  
.....

# Programa de Educação Fiscal amplia ações pelo desenvolvimento regional em 2021


Mais de 800 pessoas participaram no dia 15 de março do Webinar “O papel do consumidor e da cidadania fiscal na promoção do desenvolvimento regional”, que marcou o Dia do Consumidor, o Dia da Escola e o lançamento do novo site do programa Educação Fiscal do Rio Grande do Sul.

O evento virtual teve o objetivo de alinhar as diretrizes da Educação Fiscal com o momento atual, trabalhando o tema do papel do cidadão/consumidor no desenvolvimento do Estado, através do consumo socialmente responsável de produtos locais e regionais. Com meta de capacitar 3 mil pessoas neste ano, o foco do programa é o consumo como fator de geração de renda e arrecadação de tributos, consequentemente ampliando a capacidade do Estado no fornecimento de bens e serviços públicos.

O evento contou com a participação dos secretários de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurelio Cardoso, e do Ceará, Fernanda Pacobahyba, além do subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira. De diferentes regiões do Estado e de outros locais do país participaram gestores municipais, professores e servidores públicos.



Ao falar sobre “A Educação Fiscal e a Valorização da Produção Local e Regional como forma de gerar emprego e arrecadação”, a secretária do Ceará destacou a educação como fator decisivo para que os cidadãos melhor entendam seu papel transformador para o desenvolvimento, o que se torna difícil no Brasil na medida que as regras tributárias são complexas e personalizadas. *“Essa pandemia torna ainda mais crítica uma situação de desigualdade em que grande parcela da população se sente excluída e desconhece quanto paga em tributos. Por isso, é preciso investir em educação, tendo no educador um dos agentes de mudança”*, sintetizou.



Na mesma linha, o secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul destacou as dificuldades dos debates sobre reformas no sistema tributário, nos quais deveriam ser melhor analisadas as imperfeições do sistema, destacando, por exemplo, a importância de uma mudança nos tributos indiretos. Sobre as metas do Programa para 2021, disse que esse *“olhar da Educação Fiscal para os efeitos da pandemia nas regiões é mais um exemplo da forma inovadora como a Receita Estadual tem atuado nos últimos meses”*. Como exemplo também citou a aplicativo Melhor Preço Nota Gaúcha como um modelo de inovação da relação com o cidadão. O APP foi lançado há dois anos e supera mais de 11 milhões de pesquisas de preços realizadas.

Já o subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira, também destacou os esforços pela mudança do sistema tributário: *“quanto mais simples*



*o sistema, mais justo e transparente ele será”, disse, lembrando que as mudanças nos programas de cidadania fiscal também estão inseridas no Programa Receita 2030, contando com a parceria dos municípios gaúchos que forma a grande rede do programa.*

### **Novo site da Educação Fiscal**

Na ocasião, também foi lançado o novo site da Educação Fiscal, que trará maior interatividade e espaço para o compartilhamento das ações de educação fiscal no Estado, conectando uma rede de pessoas para troca de experiências e conhecimentos sobre o tema.

Foram apresentadas as principais funcionalidades, entre elas o espaço para envio de divulgações dos grupos municipais e o mapa com a compilação das legislações municipais sobre Educação Fiscal existentes no Estado.

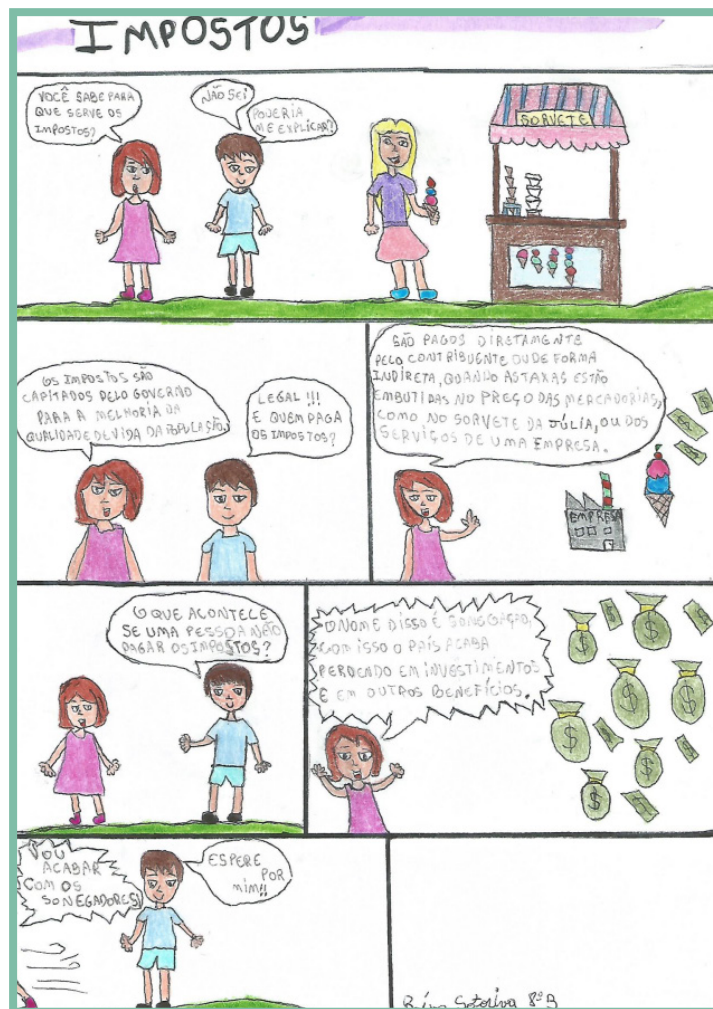
O site pode ser acessado em [www.educacaofiscal.rs.gov.br](http://www.educacaofiscal.rs.gov.br)

### **Webinário foi apresentado no Encontro de Inovação Digital: Caminhos para a Educação Fiscal**

O Webinário “O papel do consumidor e da cidadania fiscal na promoção do desenvolvimento regional” foi selecionado para participar do Encontro de

Inovação Digital, que ocorreu nos dias 20 e 21 de maio de 2021.

O Encontro de Inovação Digital: Caminhos para a Educação Fiscal foi promovido pela Efaz do Paraná e contou com apoio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), por meio do GT-66, e teve como objetivo disseminar estratégias digitais utilizadas pelas instituições que promovem a Educação Fiscal no Brasil.



..... **Autora: Raíssa Sotoriva**  
**Município de Planalto**

# Seminário Virtual sobre desenvolvimento regional e recuperação da economia reúne mais de 850 participantes

*Evento promovido pelo Grupo Estadual de Educação Fiscal do RS teve como foco o debate sobre a não tributação da mineração e da produção primária exportada.*

O Grupo Estadual de Educação Fiscal do RS (Gefe/RS) e a Receita Estadual do RS promoveram, no dia 15 de setembro, o Seminário Nacional Virtual “Desenvolvimento Regional e Recuperação da Economia: um debate sobre a não tributação da mineração e da produção primária exportada e os impactos nas finanças municipais e estaduais”. O evento, realizado em parceria com o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) e o Grupo de Trabalho de Educação Fiscal do Conselho Nacional de Política Fazendária (GT 66 Confaz), registrou a participação de mais de 850 pessoas de aproximadamente 300 municípios gaúchos.

Visando fomentar uma discussão de interesse dos municípios e Estados, a iniciativa reuniu diversas autoridades nacionais para debater a recuperação econômica e o desenvolvimento regional, tendo como tema orientador a tribu-

tação sobre minérios e produtos primários. A abertura do seminário contou com a participação do subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira, que também mediou o evento, do presidente do GT 66 Confaz, Luiz Antonio Zanon, e do superintendente de Assuntos Municipais da Famurs, Marcos Rogério dos Santos.

Em sua fala, Ricardo valorizou o *“trabalho de excelência, reconhecido nacionalmente, desenvolvido pelo Gefe/RS”* e saudou a parceria com os municípios por meio do Programa de Integração Tributária (PIT), em que o Estado e os municípios trabalham de forma cooperativa em prol de objetivos comuns. Luiz Antonio, por sua vez, salientou a relevância da discussão proposta e a importância do tributo como grande viabilizador das políticas públicas, fundamental para o desenvolvimento regional e para a recuperação da economia, sobretudo frente ao cenário da pandemia. Já Marcos Rogério, representando os municípios gaúchos, destacou a importância do debate sobre questões tributárias que afetam significativamente os entes federativos e, principalmente, os cidadãos.

O evento também contou com palestras de Onofre Alves Batista Junior, pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra/Portugal; Charles Alcantara, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco); Ruben Gueiros Neto, auditor-fiscal da Receita Esta-

dual de Minas Gerais e professor de Direito Tributário; e João Carlos Loebens, chefe da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual do RS e coordenador do Gefe/RS. Ao final, houve espaço para perguntas dos participantes.

Em sua exposição, Onofre apresentou o histórico da tributação dos produtos primários e contextualizou questões como as políticas promovidas para incentivar a industrialização do país e, posteriormente, a criação da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/96), com seus respectivos impactos na economia e nas receitas estaduais e municipais. *“Os Estados ficaram sem a tributação das commodities, fazendo um rombo nas políticas públicas estaduais e, por consequência, nas municipais. O resultado econômico foi trágico no longo prazo. Atualmente, vivenciamos uma centralização das receitas na União e uma descentralização dos serviços, ou seja, das despesas, para Estados e municípios, com um dos piores cenários de desindustrialização do mundo”*, destacou.

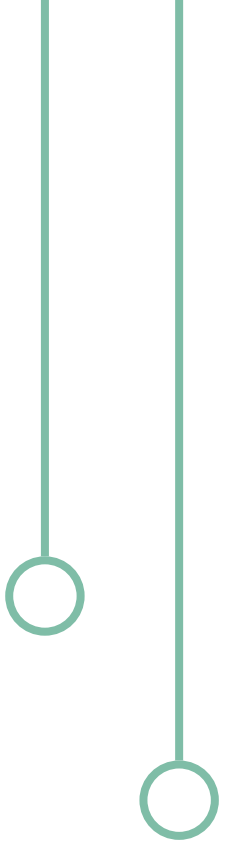
Já Charles Alcantara abordou o caso do Pará, maior produtor mineral do país. Segundo o palestrante, nos últimos 20 anos o valor da produção mineral no Estado cresceu mais de 40 vezes e as exportações mais de 16 vezes. Contudo, apesar da evolução e da ampla riqueza natural, a região apresenta níveis de empregabilidade baixíssimos e tem mais de 40% de sua população dependente de programas de distribuição de renda. *“É preciso haver coordenação estadual e nacional para enfrentar o tema da mineração, pois o Brasil abre mão*



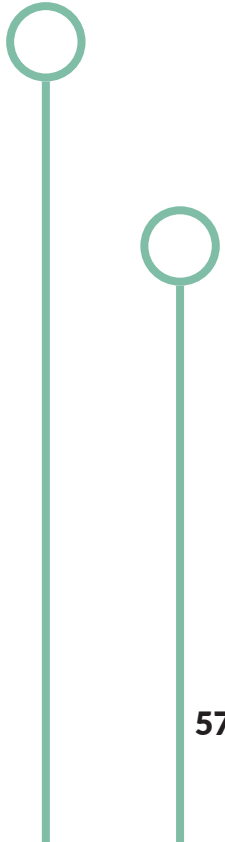
*da sua soberania e do seu futuro ao não debater amplamente esse assunto. É das suas principais riquezas que uma sociedade extrai as oportunidades para que avance e prospere, melhorando suas condições e a condição de vida dos seus habitantes. Não é possível que a mineração, sendo a maior riqueza de um Estado, por exemplo, não gere oportunidades para melhorarmos a vida das pessoas”, avaliou.*

O terceiro palestrante, Ruben Neto, por sua vez, detalhou a evolução da tributação, da legislação e do comportamento financeiro frente às mudanças implementadas ao longo dos anos. Para Ruben, a não incidência da tributação nas exportações trazida pela Lei Kandir, agravada pela manutenção dos créditos fiscais, tem gerado perdas expressivas de receitas nos bens exauríveis, como por exemplo a mineração. *“A compensação das operações prevista na Lei Kandir nunca foi feita, e muito menos a compensação dos respectivos créditos que foram mantidos. Estamos ficando sem receitas nos Estados e municípios”,* resumiu ao explicar também o funcionamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que é uma contraprestação paga à União pelo aproveitamento econômico desses recursos minerais.

Por fim, João Carlos Loebens realizou uma apresentação sobre *“a mineração que empobrece o Brasil”*, tratando da relação da tributação com o desenvolvimento, destacando que a experiência de anos, ou até séculos passados, em exportação nos indica o caminho a seguir, ou o caminho a evitar, para ob-




tenção de resultados melhores no futuro. *“Sempre temos que ter presente que os impostos têm uma função social, sendo fundamental compreender que o Estado existe para execução do bem comum e que a sociedade é a destinatária dos recursos arrecadados”*, afirmou. Para João, um dos aspectos fundamentais para debater o tema é a compreensão de quais impostos pagam e quais não pagam, quanto pagam e quanto deixam de pagar em impostos as mineradoras. O palestrante abordou exemplos práticos de exportação de ferro e soja no Brasil e ouro no Peru, demonstrando que essas atividades exercidas por séculos, em vez de desenvolvimento, deixaram buracos, poluição, dívida pública, pobreza e concentração de renda nos países de origem, sendo bom para poucos ultra ricos, inclusive no exterior. Nesse sentido, finalizou o palestrante, *“os exemplos da exploração do ouro e ferro em Minas Gerais e no Pará nos indicam que, se continuarmos agindo da mesma maneira que agimos no passado, teremos os mesmos resultados no futuro”*.




# Mais de 1000 pessoas prestigiam live sobre inovações no Programa Nota Fiscal Gaúcha

Em 2021, o Programa Nota Fiscal Gaúcha (NFG) chegou a 2 milhões de cadastrados, aumentou os repasses para as entidades sociais e desenvolveu outras maneiras de prestar serviços e gerar retorno financeiro à sociedade, como o Receita da Sorte, que distribui prêmios instantâneos, o Receita Certa, que retorna à sociedade parte da arrecadação do varejo nos trimestres em que houver ganho de receita, e o Devolve ICMS, que destinará cerca de R\$ 175 milhões por ano para populações de baixa renda, promovendo maior justiça tributária. Essas foram algumas das novidades apresentadas aos mais de mil participantes da “Live NFG: ainda mais benefícios para toda a sociedade”, realizada pela Receita Estadual no dia 10 de dezembro.

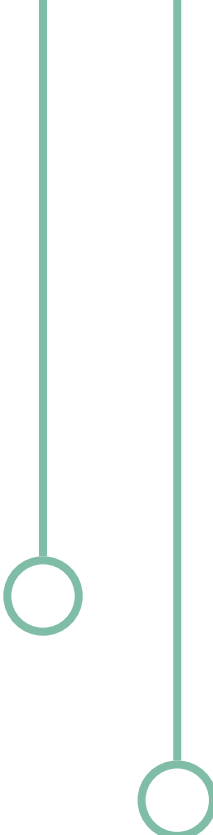
O governador do Estado, Eduardo Leite, falou sobre a importância de programas que inovam o modelo de tributação e buscam justiça fiscal: *“a administração do nosso sistema tributário tem impacto na capacidade do Estado para atender as políticas públicas, ou seja, uma arrecadação efetiva, o combate à sonegação, é fundamental para atender os interesses da sociedade e para evitar distorções ou privilégios que ferem as condições de competitividade*



*na economia. De outro lado, a importância dessa tributação ser feita de forma adequada, responsável, ciente dos impactos na vida da sociedade”, ponderou. Nesse sentido, Leite fez um reconhecimento à equipe da Sefaz-RS: “estou aqui pela relevância do tema, mas também para prestigiar o esforço dos servidores da Secretaria da Fazenda, que têm tido muita dedicação para atender a necessidade do Estado e também da população na organização deste modelo tributário, de forma a diminuir a regressividade, analisando setor a setor, as condições de competitividade frente a outros Estados. Eles têm buscado soluções inovadoras, pioneiras, sendo modelo para o Brasil inteiro nesta ousadia, que é feita com tanta responsabilidade, muito estudo e muita competência”.*



De acordo com o secretário da Fazenda, Marco Aurelio Cardoso, o NFG é uma das prioridades da instituição, pois não se trata apenas de um programa de recuperação de recursos tributários, mas de um programa de cidadania. *“O Nota Fiscal Gaúcha tem uma importante vertente de conexão com o cidadão, de entendimento de que o imposto não pertence ao governo, à Secretaria da Fazenda, mas à sociedade, e ela deve se apropriar dele em todas as dimensões possíveis, não só enquanto contribuinte, mas também cobrando a aplicação dos recursos, exercendo este papel de um fiscal do imposto, na melhor acepção da palavra, no sentido de que quando a gente permite a sonegação, a gente está evitando o progresso econômico e causando uma injustiça social”, afirmou o gestor, na abertura do evento.*



O subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira, explicou que o NFG está alinhado ao Programa Receita 2030, uma agenda propositiva com 30 iniciativas para a construção de uma Receita Digital, mais moderna, inovadora e eficiente. *“Concebemos o NFG como um programa para estimular a cidadania fiscal. Um dos grandes desafios que nós temos é a dificuldade das pessoas e das empresas de emitirem nota. Então nós queremos que cada vez mais o cidadão exerça a cidadania fiscal, faça sua parte, peça sua nota fiscal, e nisso se cria uma rede que envolve tanto o cidadão, quanto as entidades sociais, quanto a estrutura da Receita Estadual”*, justificou o idealizador da iniciativa. *“Uma das metas do Receita 2030 é valorizar cada vez mais esse programa que existe desde 2012 e é uma ferramenta pro desenvolvimento social do Estado”*, acrescentou.

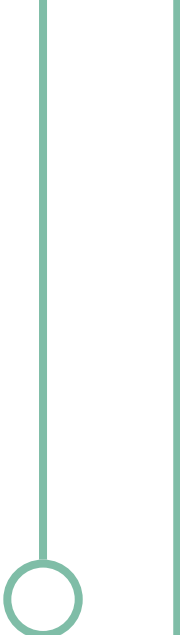
Ao longo desses quase dez anos de história o NFG se tornou referência para outros Estados e incorporou uma série de evoluções, que foram apresentadas pelo auditor-fiscal Anderson Aparecido Mantovani. O palestrante salientou que hoje o programa não envolve apenas premiações, mas também oferece serviços, como o Menor Preço, um aplicativo que utiliza geolocalização para fornecer pesquisa dos valores das mercadorias com base nos documentos fiscais emitidos mais recentemente, e o Melhor Hora, que permite monitorar o fluxo de clientes nos estabelecimentos para escolher o horário mais adequado para fazer compras. Mantovani mencionou, ainda, o desconto do Bom Cidadão,




que dá abatimentos de até 5% no IPVA para contribuintes que acumulam notas fiscais com CPF, e o aumento do valor repassado às mais de 3.600 entidades de saúde, educação, assistência social e proteção animal indicadas.

Também foram detalhadas ao público as novas modalidades de premiação, para além dos sorteios mensais, que distribuíram, só neste ano, R\$ 7 milhões. Entre as novidades estão o Receita da Sorte, um prêmio instantâneo gerado a partir da leitura do QR Code das notas fiscais; o Receita Certa, que dá prêmios trimestrais a quem põe CPF na nota, independentemente de sorteio, toda vez que há um incremento na arrecadação do varejo, funcionando como uma espécie de cashback para a população; e o Devolve ICMS, uma iniciativa que retorna aos mais carentes parte do imposto pago, diminuindo a regressividade tributária.

*“A carga tributária efetiva média suportada pelas famílias mais pobres, em proporção do seu consumo, ficará menor do que a dos mais ricos pela primeira vez nas últimas décadas”,* esclareceu Arielson Alonso, da equipe Devolve ICMS, que conduziu uma apresentação exclusiva sobre essa que é a mais recente inovação do NFG. Proporcionalmente ao que ganham, as famílias de baixa renda pagam mais impostos. Com esse programa de cidadania fiscal lançado em outubro, de forma pioneira no Brasil, busca-se reverter essa lógica a partir da devolução de parte do imposto pago (ICMS) por elas. São aproxima-



damente 432 mil famílias que têm direito ao benefício. O valor totaliza R\$ 400 reais por ano e poderá ser usado para compras em mais de 140 mil estabelecimentos que possuem a máquina Vero Banrisul, como supermercados, postos de gasolina, farmácias e padarias. Podem receber o valor famílias cadastradas no CadÚnico que recebam o Bolsa Família ou que tenham algum integrante matriculado na rede estadual de ensino médio regular. As famílias que se enquadram nesse último critério acumularão, ainda, o depósito mensal de R\$ 150, referente ao programa Todo Jovem na Escola.



O chefe da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual, João Carlos Loebens, abordou o tema da educação fiscal. A partir de exemplos da vida cotidiana, provocou uma reflexão sobre os impactos da sonegação na sociedade e buscou conscientizar os presentes sobre a importância de pedir a nota fiscal para que os tributos pagos pelos cidadãos de fato cheguem aos cofres públicos e façam diferença na vida das pessoas. *“Entender a função social do tributo significa compreender que o Estado existe para a execução do bem comum, e que a sociedade é a destinatária dos recursos arrecadados pelo Governo”*, enfatizou.

Encerrando a atividade, o auditor-fiscal Fernando Rodrigues realizou ao vivo o sorteio mensal de dezembro do NFG (Sorteio NFG Nº 111), com 19,7 milhões de bilhetes na disputa pelos prêmios, que, nessa edição, somaram R\$

765 mil. O prêmio especial de Natal, no valor de R\$ 250 mil, foi para um morador de Novo Hamburgo. Houve também um prêmio de R\$ 50 mil, cujo ganhador é de Erechim, além de três de R\$ 5 mil, 200 de R\$ 1 mil e outras 500 premiações no valor de R\$ 500.

O evento online contou com a presença de servidores e gestores públicos, representantes de entidades sociais e cidadãos em geral. Para os municípios, a participação valeu pontos no Programa de Integração Tributária (um ponto por certificado, limitado a três pontos). Para entidades sociais vinculadas ao NFG, a participação de dirigentes ou colaboradores registrou 500.000 pontos, pelos critérios da Resolução NFG 18/2019.



## PENSANDO NO CONSUMO

Na hora de ir ao mercado ou em qualquer outro lugar,  
É sempre bom ter responsabilidade e pensar  
Será que isto é realmente útil e vou usar?

A sonegação está presente em quase tudo que se vai comprar  
Tanto se pede melhorias  
E pouco se tem ação,  
É na pequena notinha que se inicia a tal da corrupção.

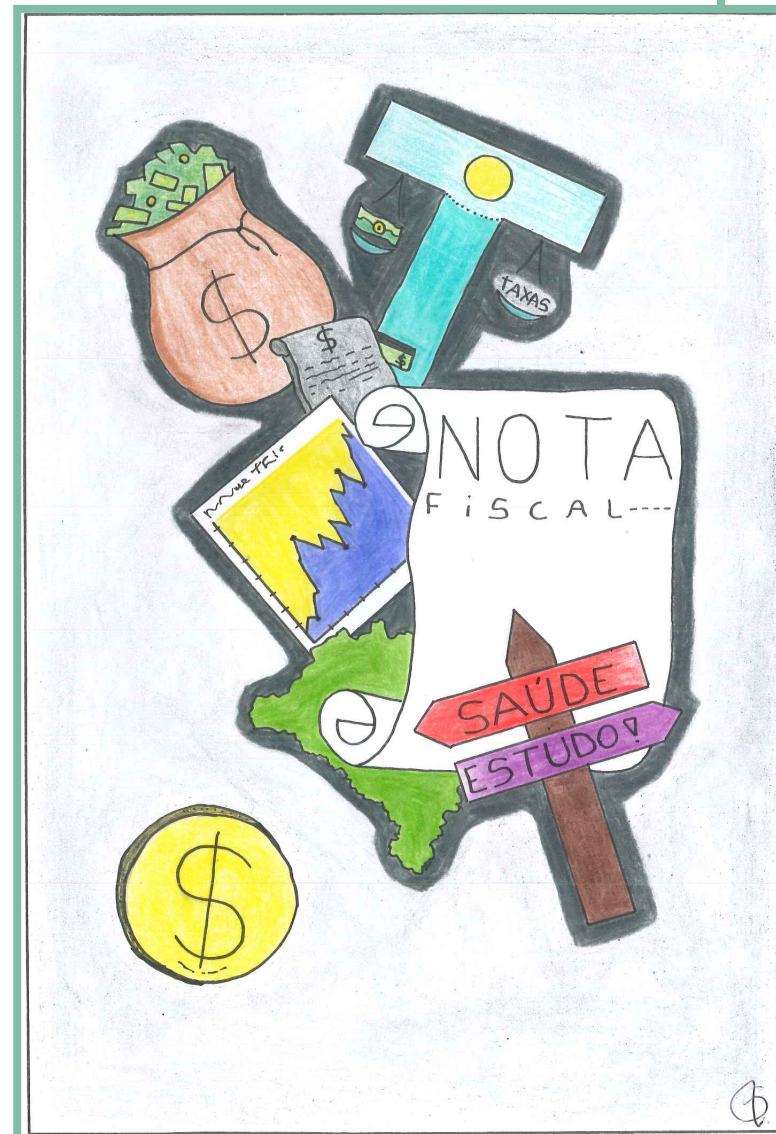
Então diga meu amigo, qual sua solução?  
Eu lhe falo que começa por ti cidadão,  
Se tu pedir a nota e consumir de forma consciente  
Alivia-te de um baita problemão!

Planeje o que vai comprar,  
se puder faça uma lista,  
Para lhe auxiliar.  
Compre só o que tem necessidade  
Ajudando assim a sustentabilidade.

Agora preste a atenção,  
Dizer não a notinha, não é a opção!  
Pois se queres direito  
Precisa ajudar na ação,  
O consumo consciente é a chave  
Para a mudança da nação!

**Autoras:** Bruna Rosin Hudson, Emanoela Castilhos Couto  
e Larissa Tavares  
**Município de Lagoa Bonita do Sul**

**Autores:** Ana Paula Wozniak, Emerson  
Smaniotto e Luan Leppke de Encarnação  
**Município de Doutor Maurício Cardoso**





## Nota Fiscal

Ir ao supermercado é uma coisa natural!  
 Compramos tudo o que queremos  
 Nem pensamos no total.  
 Mas, quando chegamos no caixa  
 E passamos as comprinhas,  
 O susto é impresso aos poucos  
 Num tal Nota Fiscal.

Os números que nela há  
 São tantos que nos tonteiam  
 Esquecemos dos impostos  
 e eles sempre nos rodeiam.  
 Tem tributo Federal e também Estadual  
 E se quiser, acredite:  
 Tem até Municipal.

Quando pagamos a Nota  
 Já tem coisa garantida  
 Como alguns serviços públicos  
 Tão essenciais à vida.  
 O feito é economizar pra não chorar no final,  
 Só não se deve esquecer  
 Que a cidade também cresce  
 Com nossa Nota Fiscal.

Autora: Débora Rodrigues de Lima  
 Município de Tupanciretã



## Site de Educação Fiscal e Redes Sociais

No Plano de Educação Fiscal para 2021 estava previsto o lançamento do novo site de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul, meta que foi atingida durante o Webinar “O papel do consumidor e da cidadania fiscal na promoção do desenvolvimento regional”.

O [novo site de Educação Fiscal](#) entrou no ar no dia 15 de março com o objetivo de proporcionar maior interatividade e espaço para o compartilhamento das ações de educação fiscal no Estado, conectando uma rede de pessoas para troca de experiências e conhecimentos sobre o tema.

As principais funcionalidades são o espaço para envio de divulgações dos grupos municipais e o mapa com a compilação das legislações municipais sobre Educação Fiscal existentes no Estado.

Do dia do lançamento até 31 de dezembro de 2021, o site registrou mais de 50 mil usuários e 95 mil visualizações. O período que registrou maior número de acessos foi o mês de dezembro, em virtude do conteúdo sobre a fase final do concurso de educação fiscal.

O Programa de Educação Fiscal também possui uma página na rede so-

cial [Facebook](#) (@EducFiscalRS). O mesmo material que é divulgado no site de Educação Fiscal também é publicado na rede social. No ano de 2021, os posts na página alcançaram mais de 175 mil pessoas conforme contagem da própria plataforma.



**Autora:** Andrisa dos Santos Silva .....  
**Município de São Sepé**

As voltas que o dinheiro dá

Hoje contarei para vocês  
As voltas que o dinheiro dá  
Para na sua cidade ficar  
Mas muita calma nessa hora,  
Pois preciso os personagens incorporar.

Joana compra o queijo  
Na loja do seu Joaquim.  
Pagou e pediu a notinha,  
E o dinheiro não chegou ao fim.

Joaquim um novo balcão precisou.  
Comprou na marcenaria do Pedro,  
Que ao Antônio deu emprego  
E o dinheiro movimentou.

Antônio empregado ficou  
Ganhou seu primeiro salário  
E pagou o IPTU  
Que nos cofres públicos somou.

O prefeito calculou e projetou  
A aplicação do dinheiro que entrou  
A LDO elaborou  
E a Câmara aprovou.

A biblioteca da escola ampliou  
Novos livros comprou.  
As ruas pavimentou  
E a cidade prosperou.

Autor: Júlio César Barbieri  
Município de Erechim

Autora: Ana Luiza Ribeiro dos Santos  
Município de Tupanciretã

## Educação Fi\$cal

Consumo Consciente e  
Desenvolvimento Regional.



Sem Impostos não há saúde, escola  
nem Segurança, e ainda perguntam o  
porquê dessa **COBRANÇA**.

O que tem a oferecer?

Venho conscientizar você  
É sobre educação Fiscal,  
Através da arrecadação de tributos  
Combatendo a desigualdade social.

Exija nota fiscal  
Diga não a sonegação  
A omissão de tributos  
É um ato de corrupção.

Mude seus hábitos  
Faça a reciclagem do lixo,  
A água, então reutilizar  
Benefícios pra [ti](#) irá gerar.

Com o pagamento de impostos  
Teremos melhorias na saúde, educação  
Melhor infraestrutura  
Para o bem de toda população.

Compre no comércio  
Em sua cidade  
Ajudando o desenvolvimento local  
Diminuindo a desigualdade.

Contribua,  
Faça sua região crescer  
Colabore com o futuro  
E mostre o que tem a oferecer!

**Autora: Elisiane de Bem Casarin**  
**Município de Boa Vista das Missões**

## Profisco II-RS

Em 2021 iniciou o Profisco II-RS com o orçamento de R\$ 2.699.600,00 para o Subproduto 1.5.2 – Educação Fiscal e o prazo de execução em 5 anos. Neste primeiro ano foram priorizadas as contratações de impressão de cadernos pedagógicos e de consultoria para suporte especializado aos municípios no âmbito do Programa de Integração Tributária (PIT).

Ambos os expedientes avançaram durante o ano porém não tiveram seus processos de contratação concluídos dentro do ano, seguindo para efetivação no início de 2022.



Bens do povo

No lápis em que escrevo isto,  
Na borracha onde erros venho a apagar,  
Na roupa escolar que visto,  
Sem impostos, isto estaria a me faltar.

Mesmo que pagos amiúde,  
Precisamos dos mesmos  
Até em postos de saúde,  
Nosso dinheiro não se vai a esmo.

Não obstante aos seus valores,  
Devemos de ter gratidão,  
Por garantir o básico à população.

Sabemos que afirmar isto não é novo,  
Obrigados aos impostos  
Que garantem os bens do povo.

Autor: Gabriel de Vargas  
Wadenphui  
Município de Taquari

Autora: Lara Canali  
Município de Farroupilha



# Expediente

**Divisão de Relacionamento com  
Cidadãos e Municípios (DRCM)**

**Seção do Programa de Integração Tributária (PIT)**

**CONTATO:**

(51) 3214.5020

**ENDEREÇO:**

Caldas Júnior, 120 - 13º andar -  
Centro Histórico, Porto Alegre - RS



@EducFiscalRS



drcm@sefaz.rs.gov.br



[www.educacaoofiscal.rs.gov.br](http://www.educacaoofiscal.rs.gov.br)